



METROVIÁRIOS DO BRASIL

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS METROVIÁRIOS - FENAMETRO - ANO I - Nº 12 - OUTUBRO DE 2005

Contra a privatização e terceirização

EVANDRO JÚNIOR



Metroviários e ferroviários durante a audiência pública na Câmara dos Deputados

Os últimos dias intensificaram-se as lutas dos metroviários brasileiros contra os processos de entrega do patrimônio público, que se apresenta em cada lugar com nomes e formatos aparentemente diferentes – privatização, concessão, terceirização, municipalização, estadualização, regionalização – mas que na prática tem o mesmo objetivo: passar para a iniciativa privada a parte rentável do transporte metroviário.

Com base nas famigeradas leis das Parcerias Público-Privadas federal e

estadual, em São Paulo, o governo Alckmin resolveu licitar a concessão da linha 4 que está em construção, onde o “concessionário” investe 27% e tem lucro garantido por 30 anos. A direção do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e da Fenametro marcaram sua presença na audiência pública realizada no último dia 19 de outubro e protestaram contra a medida.

Também no dia 19, a Fenametro e os Sindicatos dos Metroviários de Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e Rio Grande do Sul, junto com

os Ferroviários da Bahia e Natal, participaram da audiência pública na Câmara dos Deputados quando foi debatido o processo de expansão, regionalização, privatização e concessão dos metrô de Fortaleza, Salvador, Recife e Belo Horizonte.

No Rio Grande do Sul, a direção da Trensurb retoma sua intenção de terceirização das bilheterias. Os metroviários gaúchos, através do Sindicato, estão conseguindo segurar o processo por intermédio do Ministério Público, mas sabem que a luta contra a medida deverá ser intensa, já que a empresa vai tentar viabilizar juridicamente e implementar a medida.

A luta contra esta tendência é o principal desafio dos metroviários brasileiros. A desastrosa privatização do metrô carioca demonstra a necessidade de combater estas tendências, que no governo federal são capitaneadas pela lógica neoliberal dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, apesar da resistência no Ministério das Cidades, e que nos estados de São Paulo, Ceará e Bahia têm o empenho redobrado dos governos estaduais.

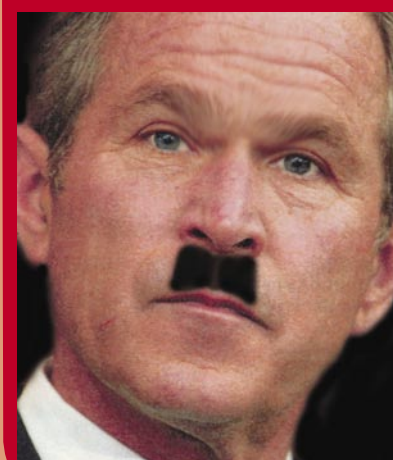
Com a palavra de ordem “Mais metrô, nosso direito e Mais direitos, nossa luta”, nosso 2º Congresso

reafirmou a luta contra estas tendências e a defesa de um metrô público, estatal, de qualidade e acessível aos trabalhadores.

FORA BUSH

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) convoca todas as entidades para a mobilização no dia 6 de novembro contra a presença do presidente dos Estados Unidos, George Bush no Brasil.

A Fenametro convoca todos os metroviários para manifestarem a esta figura sinistra, que o consideramos *persona non grata*. **Fora Bush!**



**A regionalização
que leva
à privatização
Página 3**

**Governo de SP
quer privatizar
a Linha 4
Página 3**

**Fenametro
se organiza
para as lutas
Página 4**

**CUT ocupa
Congresso
Nacional
Página 4**

Quando a derrota é uma vitória

A Fenametro, no seminário realizado dia 7, posicionou-se com ampla maioria a favor do “Sim” no referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição. Diante da vitória do “Não”, resta fazer um balanço do debate que precedeu o referendo. Antes de tudo, cumpre registrar que o fato de o país ter discutido um assunto tão importante já é uma vitória. O referendo teve o mérito indiscutível da adoção de um instrumento de participação direta e consulta popular. Iniciativas deste tipo vão ao encontro da necessária valorização do debate público. Como não há, por ora, outro caminho a ser trilhado, é pela via da política que encontraremos as saídas para nossos impasses.

O uso de armas é uma questão política porque envolve interesses díspares da sociedade. Não é uma oposição entre os que têm coração mole e os que não têm coração. Ela passa pelo Estado de Direito. E este é, a um só tempo, produto da civilização e um dos mecanismos políticos que a garantem. O Estado precisa ser equilibrado. Ímpetus não podem virar leis. O bom Estado — aquele que queremos construir para elevar a sociedade a um novo patamar — é o Estado que pertence e serve a todos em geral e a

ninguém em específico. O Estado, em última análise, deve existir para instaurar a ordem e a igualdade de direitos e deveres entre os cidadãos.

O pano de fundo desse cenário democrático é a tolerância, o viés humanista, as forças da civilização. A alternativa a tudo isso é a barbárie. Justiça não é vingança e vingança não é justiça, como foi amplamente apregoado pelos partidários do “Não”. Já a sanção ancorada na lei quebra o moto-contínuo de violência. E assim dirime a vingança, que se reproduziria *ad infinitum* entre vítima, criminoso e vingador, como também propõe a frente parlamentar “Pelo Direito da Legítima Defesa”, que defende o “Não”. É bom que não estejamos, cidadãos modernos, democratas do século 21, empenhados em retornar às sombras, visto que os partidários do “Não” já se mobilizam para tentar flexibilizar as conquistas democráticas do Estatuto do desarmamento. No Estado democrático, a punição que se inflige a um criminoso não é devida à vítima. Ela é devida à lei. Ou melhor, é devida à vítima porque é devida à lei. O referendo não sancionou essa visão. Mas o debate permitiu que esse ponto de vista fosse levantado. E isso é uma vitória.

Arbitrariedade em São Paulo

Em assembléia realizada em 27/9, os metroviários definiram um plano de lutas para pressionar o Metrô a não retirar os direitos da categoria. Uma das formas de luta aprovada foi a restrição de velocidade dos trens no dia 6 de outubro, das 9h às 16h.

Numa postura autoritária e truculenta, a direção do Metrô demitiu três diretores do Sindicato, Almir, Altino e Ciro e o presidente da Fenametro, Wagner Fajardo, sob a acusação de incitação ao desrespeito de procedimento. Suspenderam também oito operadores de trem que fizeram a restrição de velocidade. O Sindicato marcou greve para o dia 11 e, junto com a Federação,

além de mobilizar a categoria, fez ampla divulgação da arbitrariedade da empresa e do governo do estado.

Frente à firme disposição da categoria de lutar, numa negociação junto com o presidente e diretores do Sindicato paulista, da qual também participou o vice-presidente da Fenametro, Edgard Coelho Vaz, a empresa apresentou uma proposta de acordo que previu a solução do impasse nas reivindicações da categoria e a suspensão das demissões e das punições aplicadas aos trabalhadores.

A assembléia aprovou o acordo e os metroviários paulistas deram uma demonstração de unidade, muita firmeza e disposição de luta.

FIQUE POR DENTRO

Congresso no RS

Acontece nos dias 28, 29 e 30 de outubro o VI Congresso Estadual dos Metroviários do Rio Grande do Sul. Um dos principais debates será a preparação da luta da categoria contra as propostas de terceirização e de ataque aos direitos da categoria.

Eleições nos Sindicatos

Serão realizadas as eleições do Sindimetro-RS, no período de 7 a 11 de novembro, para as quais estão inscritas quatro chapas.

No Rio de Janeiro as eleições serão realizadas nos dias 8 e 9 de novembro. Duas chapas estão na disputa.

Cariocas

pressionam a Refer

No último dia 20, a Fenametro e o Simerj se reuniram com a Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência para reivindicar que a SPC, como órgão fiscalizador dos Fundos de Pensão, pressione a Refer a conceder as aposentadorias de metroviários cariocas que já estão elegíveis, mas a Refer não concede o benefício.

A SPC ficou de fazer contato com a Refer e também demonstrou que está acompanhando de perto o processo para garantir uma solução definitiva para a inadimplência do governo carioca com a Refer.

Gaúchos em estado de greve

No último dia 18 de outubro foi realizada uma assembléia que decretou estado de greve no RS, em função da ameaça da empresa de promover a terceirização das bilheterias.

O Sindimetro-RS decidiu questionar o processo no Ministério Público do Trabalho, que convocou uma audiência para o dia 21/10. Na audiência, a Trensurb confirmou sua intenção e o Procurador Regional recomendou a suspensão do processo, pois no seu entendimento a medida é ilegal na forma, pois estava sendo realizada sem a realização de licitação, como também no objeto, pois compreende que a venda de bilhetes é atividade fim na empresa.

Segundo o sindicato, a categoria está mobilizada e com o estado de greve mantido. Caso a empresa dê prosseguimento à sua intenção, os metroviários gaúchos podem paralisar suas atividades.



Marcha Zumbi + 10

Conforme foi aprovado no Seminário, a Secretaria contra a Discriminação Racial da Fenametro, convoca todos os estados a mobilizarem os participantes da II Marcha Zumbi + 10 – Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida, que será realizada no dia 22 de novembro, data de celebração dos 95 anos da Revolta da Chibata, comandada por João Cândido, o marinheiro negro.

Além de fazer um balanço das conquistas e avanços obtidos no governo Lula, e desde a primeira marcha realizada há 10 anos, a atividade tem como objetivo exigir do Estado Brasileiro a implementação de políticas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial. Vai exigir também a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e do Projeto de Cotas nas Universidades.

A regionalização que leva à privatização

No dia 19 de outubro, a audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, solicitada pelo deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE), debateu a situação orçamentária, operacional e de gestão dos metrô das cidades de Fortaleza, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

A principal polêmica foi a negociação do Ministério da Fazenda para a liberação de recursos para os metrô que atropela a CBTU, contraparte do governo federal na gestão e construção dos sistemas, e condiciona a liberação de recursos à regionalização sugerindo inclusive a privatização dos sistemas de Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Recife.

O representante do ministério da Fazenda, Daniel Sigellman, disse que, além de parcerias com o setor privado local, a regionalização “permitiria maior adequação (do sistema) ao planejamento urbano local, às características da cidade e à integração com o sistema de ônibus, promovendo inclusive a adequação tarifária”, que em outras palavras significa aumento de tarifas.

Já o presidente da CBTU, João Luiz da Silva Dias, disse que o



Da esquerda para a direita: Wagner Fajardo, presidente da Fenametro, Daniel Sigellman, do Ministério da Fazenda e os deputados federais Zezéu Ribeiro e Inácio Arruda

governo deve tratar o sistema de transporte público como serviço essencial, assim como a saúde e a educação. “É necessário resgatar a ideia do metrô como bem público, capaz de atender a todos, sem exclusão.”

O presidente da Fenametro, Wagner Fajardo, saudou os trabalhadores da CBTU de Salvador, que estavam em greve e foram a Brasília em caravana para protestar contra a municipalização do trem de subúrbio. Segundo Fajardo, tudo está sendo feito pelo Ministério da Fazenda sem consulta ao corpo técnico da CBTU, à direção e ao Conselho de Administração da empresa. Para ele, a descentralização acarretará o fim dos

subsídios oficiais, tornando o sistema ainda mais caro e inacessível.

O eixo da questão, disse Fajardo, não é a falta de recursos, mas a falta de interesse da área econômica do governo, “que não dá prioridade ao setor e prefere utilizar os recursos para a formação do superávit primário, que vai para o Fundo Monetário Internacional (FMI)”.

Manifestaram-se também os dirigentes sindicais dos ferroviários de Salvador, Arnaldo Antonio Fernandez; dos metroviários de Recife, Aulécio Caetano; de Belo Horizonte, Baptista Gariglio Filho e de Fortaleza, José Anchieta Cunha.

Os deputados presentes manifes-

taram seu apoio aos sindicalistas e discordaram das propostas da Fazenda. O deputado Carlos Santana (PT-RJ) disse que “só os recursos arrecadados com a Cide (Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico) dariam para revitalizar o setor de transportes públicos no Brasil”. O problema, em sua opinião, não é de carência de recursos, mas de falta de definição de prioridades.

Maria do Carmo Lara (PT-MG), Paulo Rubem (PT-PE) e José Chaves (PTB-PE) propuseram ao presidente da reunião, deputado Zezéu Ribeiro (PT-BA), e ao autor do requerimento, deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE), que a Comissão de Desenvolvimento Urbano promova interlocução com o ministério de Relações Institucionais, com a Casa Civil, e o Ministério da Fazenda, a fim de que os problemas discutidos sejam solucionados.

Foi proposto ainda por Inácio Arruda que se realize uma nova audiência pública para debater a situação dos sistemas de trens urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió, já que foi denunciado também por Wagner Fajardo, que há técnicos do Ministério do Planejamento defendendo a extinção dos mesmos.

Governo de SP quer privatizar a Linha 4

No último dia 19/10, a direção do Metrô e o governo do estado de SP realizaram uma audiência pública para dar início ao processo de privatização da Linha 4 – Amarela. Dezenas de empresários do Brasil e exterior dividiram o auditório do Instituto de Engenharia com os metroviários, que representaram o Sindicato e a Fenametro, para se contrapor a esta iniciativa.

Antes de começar a audiência a categoria metroviária marcou sua presença distribuindo um informativo, onde expuseram os argumentos contra o processo. Já as faixas com palavras de ordem foram estendidas nas laterais do auditório logo no início da audiência.

Os metroviários deram o seu



Edgard, vice-presidente da Fenametro, fala na Audiência Pública

recado e deixaram claro que irão resistir a este desmonte.

Representando a Fenametro, o vice-presidente da entidade, Edgard Coelho Vaz, do Rio de Janeiro, relatou o quanto foi mal sucedida a experiência de privatização do metrô carioca, que se tornou o mais caro do país,

ênfaticamente que o acordo firmado entre governo estadual e concessionária não foi cumprido por ambos, o que resultou em um imenso prejuízo para a população e trabalhadores.

Neste ponto, Edgard lembrou que na última audiência pública ocorrida no Rio de Janeiro, houve consenso entre governo, concessionários, metroviários e população de que todos perderam com a privatização, mas só a sociedade está pagando a conta.

Os metroviários paulistas deixaram claro a reprovação da categoria com relação à privatização da Linha 4, questionando inclusive a legitimidade daquela audiência por não garantir a efetiva participação da população.

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo está buscando a conscientização e mobilização da categoria e da sociedade para não permitir a privatização do melhor e mais importante sistema de transporte de São Paulo. As medidas legais para tanto já estão sendo tomadas, e terão seu efeito ampliado com a mobilização da sociedade e dos metroviários.



Metroviários manifestam-se na Audiência

SEMINÁRIO DA NOVA DIREÇÃO

Fenametro se organiza para as lutas

Nos dias 7 e 8 de outubro foi realizado o Seminário Nacional da nova direção da Federação Nacional dos Metroviários eleita no 2º Congresso.

Além de realizar o debate político sobre conjuntura, em consonância com as resoluções do 2º Congresso, a Fenametro reafirmou a necessidade da mobilização social para pressionar a mudança da política macro-econômica sem, no entanto, fazer o coro da direita que pretende desestabilizar e inviabilizar a primeira experiência de governo de esquerda em nosso país.

A participação da Federação nas mobilizações contra a visita do presidente dos EUA, George Bush, da Marcha Zumbi +10 e do acompanhamento do projeto de lei 5654/05, do Deputado Jamil Murad, que regulamenta a

jornada de trabalho dos trabalhadores metro-ferroviários são alguns exemplos desta mobilização necessária.

O Seminário também debateu e tirou o posicionamento da Fenametro favorável majoritariamente ao SIM no plebiscito sobre a proibição de comercialização de armas de fogo e munição.

Para poder intervir e atuar de forma mais fundamentada sobre o processo de regionalização e sobre o futuro do transporte sobre trilhos em nosso país, foram convidados o Sr. João Luiz Silva Dias e Raul de Bonis, respectivamente, presidente e diretor de planejamento da CBTU.

Em sua exposição, João Luiz apresentou a proposta do Ministério das Cidades sobre o processo de regionaliza-

ção que prevê a cisão da CBTU em subsidiárias estaduais, com participação dos municípios envolvidos nos sistemas, com controle acionário inicial da União. Este modelo, no entanto, não está sendo aplicado no recente processo de discussão dos metrô, realizado pelo Ministério da Fazenda.

intensa mobilização para sensibilizar os poderes públicos quanto a importância e a superioridade do transporte sobre trilhos na qualidade de vida da população.

A direção da Fenametro deliberou pela priorização da luta contra o modelo de regionalização que está sendo implementado em Salvador e Fortaleza, procurando influir com a mobilização da categoria e da sociedade civil nos parlamentos federal, estaduais e municipais, para evitar sua concretização. Por isso decidiu mobilizar todos os Sindicatos para a audiência pública que foi realizada na Câmara dos Deputados, dia 19 de outubro. Decidiu também participar ativamente no processo de luta contra a concessão da linha 4 do metrô paulista (vide matéria na pág. 3).



João Luiz, presidente da CBTU, durante sua fala



Raul de Bonis, diretor da CBTU, durante palestra ao lado de Edgard, vice-presidente e Schuster, secretário geral

Raul de Bonis fez uma exposição sobre a prevalência das políticas que favorecem os modelos rodoviários de transporte urbano em nosso país, e a necessidade dos trabalhadores, técnicos e demais agentes políticos e sociais que defendem o transporte sobre trilhos desenvolverem uma

CUT ocupa Congresso Nacional

No dia 19/10, a CUT ocupou o Congresso Nacional para levar aos parlamentares suas propostas relativas ao mundo do trabalho. Um grupo de 200 sindicalistas da CUT e de diversas outras entidades sindicais, inclusive a Fenametro, foram recebidos em audiência com os presidentes da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Eles se dividiram em grupos de cerca de 50 lideranças para debater a agenda dos trabalhadores com os parlamentares, nas diferentes comissões.

Aldo Rebelo se comprometeu a constituir um grupo de trabalho

para analisar a PEC da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, elogiou a manifestação e destacou a importância dos movimentos sociais. O presidente do Senado, Renan Calheiros, também se comprometeu a criar uma comissão mista no Congresso para debater o salário mínimo.

O presidente da CUT, João Felício, em reunião da Comissão de Trabalho da Câmara, disse que “a questão chave a ser resolvida é a aprovação de uma política de valorização do salário mínimo, pela importância fundamental que tem na elevação da massa salarial,

particularmente dos mais pobres, e na distribuição de renda”. Lembrou ainda que “questionamos a política econômica do governo. Defendemos que sejam estabelecidas metas de crescimento e emprego, para não ficarmos presos na lógica das metas de inflação, dos juros altos e do superávit primário. Queremos mais recursos para as políticas sociais no Orçamento, a valorização dos servi-

ços e dos servidores públicos”.

A redução da jornada de trabalho sem redução de salário e a limitação de horas extras foram lembradas por Felício como dois outros importantes projetos para os trabalhadores. Ele encaminhou aos parlamentares o pedido de aceleração na tramitação dessas matérias, que vão permitir a criação de novos postos de trabalho e ampliar o tempo de lazer e convívio familiar.

EXPEDIENTE

Jornal METROVIÁRIOS DO BRASIL é uma publicação da Fenametro - Federação Nacional dos Metroviários.
Rua Serra do Japi, 31 - São Paulo - SP - CEP 03309-000 - Fone: (11) 6195-3605
Diretoria Executiva: Presidente: Wagner Fajardo - SP; Vice-presidente: Edgard - RJ; Secretário Geral: Schuster - RS; Tesoureiro: Raimundo - SP;
1º Tesoureiro: Onofre - SP; Imprensa: Ronaldo - RJ; Saúde: Cirano - PE; Pol. Sind.: Innocência - PE; Formação: Cassiano - DF; Tecnologia: Anchieta - CE; Mulher: Ivânia - SP; Ass. Discr. Racial: Rosa - SP; Rel. Intersind.: Alda - MG; Ass. Aposentadoria: Eliezer - RS. Jornalista Responsável: Marcela F. Oliveira, MTB: 38756. Colaboração: Osvaldo Bertolino; Criação e Diagramação: Andocides Bezerra.
Página na Internet: www.fenametro.org.br. E-mail: fenametro@fenametro.org.br